

MATRIZES TEÓRICAS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS BRASILEIRAS

THEORETICAL MATRICES OF BRAZILIAN ETHNIC RACIAL RELATIONS

Fabrizzia Christiane dos Santos¹

[<https://orcid.org/0000-0002-9608-0046>]

Sérgio Pereira dos Santos²

[<https://orcid.org/0000-0002-9608-0046>]

DOI: 10.30612/raido.v15i37.14589

RESUMO: Este texto é parte da pesquisa de Mestrado em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), junto à Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE). Tem-se como objetivo apresentar as principais matrizes teóricas para compreensão das relações étnico-raciais no Brasil, sendo estas a Matriz Culturalista em Freyre (1977), a escola de Chicago, tendo como um dos expoentes Pierson (1971), a escola de Sociologia Paulista com Fernandes (2007), os novos estudos sobre as relações étnico-raciais por Hasenbalg (2005) e reflexões apresentadas por Paixão (2014). Tais discussões teóricas trazem possibilidades interpretativas para se pensar, a partir da noção de raça, como a sociedade brasileira construiu e ainda mantém, vantagens e desvantagens raciais entre pessoas negras e brancas. Para este levantamento utilizamos a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Raça; Relações étnico-raciais; Racismo.

ABSTRACT: This text is part of the Master Degree's in Education linked to the Graduate Program in Education (PPGE) at the Federal University of Mato Grosso (UFMT), along with the Social Movements, Politics and Popular Education Research Line and to the Center for Studies and Research on Race Relations and Education (NEPRE). This text aims to present the main theoretical matrices for understanding ethnic-racial relations in Brazil, which are the Matrix Culture-List in Freyre (1977), the Chicago School, that has Pierson (1971) as one of its exponents, the School of Sociologia Paulista by Fernandes (2007), our new studies on ethnic-racial relations by Hasenbalg (2005) and presented reflections by Paixão (2014). Such theoretical discussions evoke

1 Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE - UFMT). Cuiabá. Mestre em Educação. Professora Unidocente na Secretária Estadual de Educação do Mato Grosso (SEDUC - MT). Email: fabrizzia_santos@hotmail.com.

2 Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE-UFMT). Cuiabá. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE-UFES). Professor do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação (DTFE-UFMT). E-mail: santosdialogos@gmail.com.

interpretive possibilities to think, via race notion, of how Brazilian society built and still maintains, racial advantages and disadvantages between black and white people. For this survey we used bibliographic research.

KEYWORDS: Race; Ethnic Racial Relations; Racism.

INTRODUÇÃO

Este artigo é base teórica para nossa pesquisa de mestrado em andamento, que busca compreender as relações étnico-raciais entre jovens negras/os e brancas/os no contexto da escola pública, localizada no Mato Grosso. Para isso primeiramente fizemos uma pesquisa bibliográfica para levantamento teórico-metodológico que permita analisar as relações étnico-raciais no Brasil.

Para tanto faz-se necessário entender uma categoria importante para nossa pesquisa enquanto instrumento de análise: o conceito de raça; bem como pensar como os pensamentos/práticas racialistas foram construídos e consolidados na sociedade brasileira, apresentando também as contrapartidas e disputas no campo teórico e político.

O presente texto traz as contribuições teóricas para interpretar as relações étnico-raciais no Brasil, a começar pela presença das teorias raciais do final do século XVIII e início do século XIX; como foi visibilizada a ideia de “democracia racial” a partir de Gilberto Freyre e Donald Pierson, além das contribuições da Escola de Chicago; em contraponto à harmonia racial defendida anteriormente, Florestan Fernandes desenvolve em suas pesquisas a crítica do mito da democracia racial; e em sua linha analítica Carlos Hasenbalg mantém a desmistificação desse mito, acrescentando dados quantitativos que evidenciam a materialidade e a imaterialidade das desigualdades raciais. Toda essa reflexão teórica permite também observar os diferentes tipos de levantamentos e de estudos realizados e como as pessoas negras foram, na maior parte das pesquisas, objeto (RAMOS, 1957). Sendo uma das principais características dos ditos novos estudos da relações étnico-raciais são as que trazem a presença do colonizador branco como parte dessas relações, questionando o papel da branquitude na (re) produção das relações e discriminações raciais.

1. CONCEITO SOCIOLÓGICO DE RAÇA: QUEM É NEGRA/O E QUEM É BRANCA/O?

Raça é um termo que remete a diferentes noções de mundo e de ciência e que após a 2ª Guerra Mundial caiu em descrédito pelo que poderia despertar de valores racistas e eugenistas. Porém, a ideia de raça que nos subsidia é aquela desenvolvida, como já apontamos, por Guimarães (2003) como um conceito sociológico que permite compreender como se classificam os grupos raciais nas relações étnico-raciais brasileiras. Assim, de acordo com Guimarães (2003, p. 104):

Se pensarmos em “raça” como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na ideia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social.

Esse conceito se mostra uma categoria de análise básica para a interpretação das relações étnico-raciais entre jovens negros/os e brancos/os por permitir, enquanto instrumento conceitual, entender como uma ideia pode influenciar a construção de um imaginário que, por sua vez, se torna real na prática e na ação dos sujeitos que crêem nela, os quais colocam este conceito em movimento quando se relacionam com outras pessoas estabelecendo distinções baseadas na classificação racial.

No nosso caso, utilizaremos essa categoria para basear as reflexões que faremos sobre as relações étnico-raciais entre negras/os e brancas/os, o qual se constrói como discurso simbólico, e que ao mesmo tempo é produtor de realidades e fenômenos sociais, como a ideia de superioridade de um grupo sobre outro, provocando distinções de tratamento de pessoas ou a definição de lugar racial-social, como no caso do racismo.

Veremos em Hofbauer (2006) que negro nem sempre significou algo ruim ou negativo, mas que a partir das grandes navegações e o contato com diferentes povos, principalmente com negros africanos, o branco europeu elaborou justificativas variadas para sua posição acima do negro e da sua cultura, de maneira que os negros foram inferiorizados, essencializados e invisibilizados na construção das sociedades ocidentais e no Brasil. Desse modo, a noção de alteridade nos permite compreender que a ideia de negro (e as tentativas de sua inferiorização) só surge em relação ao outro com quem se compara e avalia, no caso o branco, sendo um processo de produção e desenvolvimento das relações entre raças, por isso a constituição social de relações étnico-raciais.

Nesse sentido, considerando a materialidade da efetivação da categoria raça nas relações étnico-raciais, Nogueira (1985) nos ajuda a compreender quem é negro no Brasil a partir da sua elaboração clássica sobre preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Para o autor, o preconceito racial de marca levaria em consideração as características fenotípicas do sujeito, sua cor de pele, cabelo, nariz e boca que carregariam os sinais da inferioridade, como preguiça, incivilidade e feiura de um, marcado pela cor da pele escura, enquanto o outro grupo seria a marca da civilização, da beleza, da inteligência, no caso a/o branca/o. Sem desconsiderar que tais significados negativos e positivos são produzidos social e historicamente nas relações étnico-raciais brasileiras, continua o autor, que o preconceito racial de origem estaria mais relacionado à ascendência, ou seja, ao sangue e a fatores genéticos. Esta conceituação nos permite pensar que no Brasil negro é aquele visto socialmente como originado e marcado pelo que de pior existiria em termos de compreensão de uma pessoa remontando a pele negra a descendência de escravos, a concepções de algo infeccioso, chulo ou a extremamente depreciativo e estigmatizantes.

A definição de Nogueira (1985) nos leva a pensar o/a negro/a e o/a branco/a a partir de uma relação entre quem está no topo de uma relação hierarquizada e quem está embaixo, acrescentamos a essa noção relacional uma outra que podemos chamar de situacional, ou seja, a definição de branco e negro também depende da situação e da posição em que os sujeitos ocupam nessas relações, conforme Hasenbalg (2005).

As formulações de Nogueira (1985) nos ajudarão a refletir sobre as relações étnico-raciais em suas dinâmicas e elaboração de posições hierárquicas ou não, pois os fundamentos das classificações étnico-raciais no Brasil foram, e ainda são marcados

por características fenotípicas, de origem e comportamentais que aloca sujeitos hierarquicamente, para receber seus privilégios e suas desvantagens, materiais, simbólicas e psicológicas.

Outro autor que pode subsidiar nossas reflexões sobre as identidades étnico-raciais é Gilberto Freyre (1977), um dos responsáveis por uma interpretação que pode gerar confusão nas leituras apressadas, sobre quem seria branco e negro no Brasil, por exemplo. Ele desenvolveu a ideia de relações harmoniosas entre brancos e negros, e acrescentou o mestiço para se referir aqueles que seriam misturados, nem branco nem negro, e que hoje no Brasil fazem parte das dinâmicas das relações étnico-raciais. Mas mais uma vez podemos destacar que essa confusão não se faz tão presente para definir brancos e negros quando pensamos quais são as pessoas e as características de quem carrega as marcas da beleza, da inteligência e da civilização de um lado e das qualidades negativas do outro.

2. DO RACISMO CIENTÍFICO ÀS REFORMULAÇÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

O conjunto de ideias e crenças sobre determinadas situações, sociedades ou pessoas não é algo que acontece espontaneamente nem de modo harmônico, são processos sociais, culturais, econômicos que se retroalimentam na construção das sociedades e dos grupos humanos. Dessa maneira, a ciência pode ser entendida, então, como uma instituição que se nasce de um processo, em primeiro lugar de rompimento com uma visão/explicação de mundo religiosa, mas que não deixou de lado alguns dos pressupostos ligados à religião, como a hierarquia entre seres humanos.

Assim, foi a partir do final do chamado “Século da Luzes”, que a ciência ganha destaque, pois aos poucos vai erigindo o homem branco europeu como modelo de humanidade e de civilização, legitimando por meio de estudos científicos da Antropologia Física, da Medicina Legal e do Direito por exemplo, que passou a utilizar métodos de observação, de medição, de testagem e de comprovação como forma de legitimação do conhecimento produzido, considerado objetivo e verdadeiro enquanto explicação das diferenças entre as raças (SCHWARCZ, 1993).

O contato com diferentes povos já existia desde muito antes das grandes navegações promovidas pelos europeus da Península Ibérica, sendo que os africanos migraram para diferentes regiões do planeta e as suas características físicas nem sempre foram motivo de inferiorização, como trouxe Hofbauer (2006), e quando o foram assim classificados ainda não carregava a sistematização e legitimidade da explicação científica. De acordo com Schwarcz (1993, p. 64-65):

[...] é apenas no século XIX, com as teorias das raças que a apreensão das “diferenças” transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. “Naturalizar as diferenças” significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. Em meio a esse projeto grandioso, que pretendia retirar a diversidade humana do reino incerto da cultura para localizá-la na moradia segura da ciência determinista do século XIX, pouco sobrava para o arbítrio do indivíduo. Da biologia surgiram os grandes modelos e a partir das leis da natureza é que se classificavam as diversidades.

Nesse período, as teorias racialistas partiam da naturalização das características humanas, sendo irrevogáveis e só poderiam ser controladas ou eliminadas pela ciência, de modo que nas diversas áreas se pensava em justificar as hierarquias, bem como as estratégias para lidar com elas, inclusive por meio da força.

De acordo com Bethencourt (2018), o racismo científico foi uma corrente que se iniciou no século XIX e atuou no sentido de construir uma visão sobre a/o negra/o e a sua cultura, nem sempre com vistas à sua valorização, pelo contrário, muitas vezes sendo utilizado para legitimar e consolidar velhos preconceitos e estereótipos raciais.

Esse trabalho da ciência é realizado tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, e uma das formas de explicação das diferenças parte da origem do ser humano que alguns cientistas tratavam como monogênica e outros como poligênica. Este debate, apesar de trazer diferentes origens chegava sempre num ponto comum, a inferioridade do negro. Assim, na visão monogênica os negros seriam os descendentes de Cam, erráticos, ou ainda de cultura e comportamentos inferiores, não chegariam ao ponto máximo da civilização branca; no caso da visão poligênica traz na origem uma diferença enquanto desigualdade que se perpetua, sendo as raças mais adaptáveis aquelas que sobrevivem e dominam os incapazes (BETHENCOURT, 2018).

Diante das explicações de Bethencourt (2018) e Schwarcz (1993) percebemos como a Teoria da Evolução de Darwin foi utilizada nas explicações de fenômenos humanos, dando margem para as discussões sobre o darwinismo social, por exemplo, como argumento na defesa de modelos políticos para a colonização e subalternização simbólica e material de povos africanos e seus descendentes, pois estes seriam incapazes de se desenvolver sem a orientação e controle do homem branco europeu racional, sendo a escravidão, por exemplo, vista como uma forma de benevolência do branco na educação do negro para o trabalho e vida em sociedade.

Assim, a partir das pesquisas de Schwarcz (1993) podemos destacar em linhas gerais que o monogenismo agregou a maior parte dos cientistas iluministas, como J.J. Rousseau, e muitos que através da Bíblia explicavam uma origem única/una da humanidade, as desigualdades dos grupos seriam resultado da degeneração; desta forma poder-se-ia dizer que haviam graus de humanos, mais ou menos próximos da perfeição, aceito numa linha de raciocínio evolutiva. Assim, continua Schwarcz (1993) que o poligenismo contestava os pressupostos acima ao descrever várias origens desiguais para os grupos humanos, numa crescente utilização de argumentos biologizantes corroborados pelos estudos quantitativos das medidas de crânios, cérebros e corpos. Essa vertente essencializa os sujeitos determinados por sua herança genética, tendo Cesare Lombroso³ como um de seus representantes, que associava características físicas a comportamentos em seus estudos sobre o perfil dos criminosos, influenciando diversas áreas como a Psicologia, as Artes, o Direito, a Antropologia, para as quais as diferenças seriam então a prova da existência de tipos e espécies distintas.

3 Costa (2006) retoma Lombroso (1836-1909) em seus estudos e destaca como esse médico italiano defendia a eliminação das pessoas negras por as considerarem tal raça degenerada, propensa naturalmente à criminalidade, um risco que deveria ser contido para não passar às gerações futuras, apresentando a ideia de 'seleção benéfica' para fortalecer e completar a seleção natural.

Nesse sentido, podemos retomar as discussões sobre as medidas dos crânios e dos corpos que eram consideradas provas das aptidões para o trabalho braçal, no caso das pessoas negras e aptidões para o desenvolvimento cognitivo dos brancos, o que servia para explicar também as relações desiguais e violentas dos trabalhos forçados e de baixa remuneração de negras/os, sua inaptidão para a educação e as ciências devido ao seu baixo Quociente de Inteligência (QI), tendo ainda hoje sendo utilizados os “famosos” testes de QI.

Na Europa, as teorias raciais tiveram como expoentes, dentre eles, na França Georges Cuvier, Arthur de Gobineau, na suíça Louis Agassiz e na Inglaterra Robert Knox, entre outros. Para Schwarcz (1993) os ideais racistas foram difundidos no Brasil por meio da adaptação dessas teorias às questões específicas de nosso país, como foi o caso do debate sobre a miscigenação. Desse modo, a dimensão dessa ciência no Brasil pode ser percebida a partir das filiações aos ideários importados e as instituições em que se desenvolveram por aqui, abordando de diversas maneiras os estudos sobre raça.

Nessa direção, trazer a relevância do papel das instituições no debate racial, na sua defesa e na sua crítica é uma das preocupações de Schwarcz (1993, p. 66), pois “nos museus etnológicos, institutos históricos, escolas de direito e medicina, a discussão racial assumiu um papel central, sendo rica a análise de tais estabelecimentos, de onde partiram respostas alternativas apesar de contemporâneas”.

3. TEORIA DA MISTIÇAGEM E A POLÍTICA DE ESTADO DE BRANQUEAMENTO NO BRASIL

Tais concepções eurocêntricas e eugênicas tiveram como expoente brasileiro, o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues, que justificava a inferioridade do negro defendendo o discurso da raça biológica. Para ele, o branco era a raça superior e o negro a inferior. Ele tentou provar isso através de medições físicas, e mesmo sem ser favorável a mestiçagem, porque segundo ele, ela degeneraria a raça. E há que se considerar também que as suas ideias influenciaram, de alguma forma, uma interpretação das relações étnico-raciais que reforçavam a ideia de que o branco e suas características físicas e morais era o modelo para o brasileiro.

Há que se considerar que Nina Rodrigues é pioneiro nos estudos da cultura afro-brasileira, suas danças, religiões e línguas por meio de um olhar biologizante e hierárquico conforme premissas deterministas. Assim, como aponta Leite (2007), o médico é pessimista na possibilidade de civilização de negros, apesar de considerar que vieram negros mais adiantados da região do Egito, em que esses seriam brancos disfarçados.

Em resumo, Nina Rodrigues aceitava integralmente o evolucionismo do século XIX e considerava que, entre os outros países, o Brasil se inferiorizava, não só pela existência de negros, mas também pela mestiçagem. Se os Estados Unidos conseguiram progredir, isso se devia ao fato de terem estabelecido uma separação nítida entre brancos, de um lado, mestiços e negros, de outro; além disso, o clima temperado favoreceria os brancos na *luta pela vida*, enquanto os trópicos favoreceriam os negros e mestiços (LEITE, 2007, p. 289-290).

O determinismo biológico e geográfico de Nina Rodrigues possivelmente ensinados até hoje nas escolas de Medicina⁴, reproduzidas e disseminadas em instituições legitimadas como espaços de saber são, entre outros fatores, aqueles que contribuem para a sistematização de preconceitos e formas de discriminação racial contra pessoas negras. Assim, revisitar tais pressupostos nos ajudam a entender as origens e os caminhos de construção de um imaginário social assentado na ideia de raças superiores e inferiores, que vai de alguma maneira refletir nos processos legitimadores de identidades negras e brancas nos espaços sociais, como a escola. Portanto, são ideias que vão marcar tomadas de decisões e políticas públicas, dentre elas as chamadas políticas de branqueamento como forma de diminuir e até eliminar o “problema negro” e a própria população negra, seja por embranquecer suas contribuições culturais, consideradas patrimônio nacional, seja também pelas formas de eliminação física do fator negro, como veremos em Domingues (2004) e em Skidmore (1976).

Skidmore (1976) e Domingues (2004) mostram como o governo brasileiro deliberadamente utilizou estratégias de eliminação do negro os enviando para a frente de batalha na Guerra do Paraguai, já contando com um número de mortes em batalha, e prometendo alforria após a batalha, o que não ocorreu, pois muitos não sobreviveram. Os autores ainda apontam que o negro também foi eliminado das decisões e preocupações no pós-abolição realizada dentro da burocracia da lei, ou seja, sem considerar a participação da população negra, tentando eliminar as suas contribuições enquanto sujeitos históricos, desconsiderando suas demandas, como a necessidade da reforma agrária.

Há dados que nos permitem questionar a tentativa de construção de uma imagem da população negra enquanto povo incapaz de organização e que por isso deveria permanecer controlada e tutelada. Assim, a abolição ocorreu sem a reforma agrária como previa alguns setores do movimento abolicionista, como um dos esforços públicos de não reconhecimento das demandas e atuação da população negra, o que pode ser considerada uma forma de branquear a história, feita somente por “homens civilizados” (SKIDMORE, 1976).

Domingues (2004) também trabalha para evidenciar como o governo brasileiro atuou para impedir o acesso de negros à cargos honoríficos, como a igreja restringia a participação do negro em papéis de relevância, já que nas escolas negros podiam trabalhar, mas não estudar, havia ainda a proibição de bailes de negros, proibição do voto e substituição de mão-de-obra com o incentivo a vinda de imigrantes europeus através

4 A pesquisa de Jurema Werneck (2005) traz dados que permitem visualizar a materialização das desigualdades raciais presentes no sistema público de saúde e possivelmente resultados de uma formação profissional e de políticas públicas racializadas institucionalmente que mantém uma visão estereotipada e determinista das pessoas negras. Os dados por ela levantados apontam para o fato de que, se houve um decréscimo total de mortes infantis, por outro lado o número de mortes de pessoas negras menores de 1 ano passou de 21 para 40%, praticamente dobrando dos anos 1980 aos 2000; a taxa de mortalidade de mulheres negras é 2,9 vezes maior que a de brancas, em se tratando de causas evitáveis por meio do pré-natal e assistência adequada no parto. Podemos questionar que entre 1993 e 1998 a morte materna foi de 7,4 vezes maior para negras; a taxa de mortalidade por Aids é praticamente o dobro em pessoas negras, sendo que em grande medida são mortes evitáveis por meio de um acompanhamento, prevenção e tratamento adequados. Assim, podemos pensar que a formação dos profissionais de saúde ainda possa estar enviesada por uma visão distorcida e estereotipada das pessoas negras, consideradas racialmente mais resistentes fisicamente a dor, sujeitas por isso a um menor cuidado e até negligência médica/hospitalar.

de políticas públicas como a concessão de terras devolutas e adaptação de teorias racializadas revendo o papel da mestiçagem como forma de desenegrecer o Brasil. Nas palavras do autor destacamos:

[...] ao contrário do que se difunde no Brasil, a discriminação racial contra o negro esteve cravada na legislação da Colônia e do Império, tornando-se, em larga escala, um traço da tradição cultural do país. Na época da escravidão, leis de diversas naturezas privavam o negro livre ou forro de usufruir dos mesmos direitos concedidos aos brancos. Em alguns casos, os negros ficavam apartados dos brancos, não podendo assumir cargos na administração pública, nem seguir carreira religiosa e militar. A discriminação racial também atingia o negro no embrionário mercado de trabalho livre. No século XIX, por exemplo, as regulamentações para locação de serviços no campo mantinham cláusulas discriminatórias. Além disso, todos os programas de ocupação dos núcleos coloniais traziam dispositivos que vetavam direta ou indiretamente a presença do negro (DOMINGUES, 2004, p. 78).

O processo de branqueamento pode nos ajudar a entender como historicamente foram criadas estratégias para impedir a “entrada” de pessoas negras em alguns lugares ao mesmo tempo em que facilitava ou privilegiava a população branca que nada tinha de superior, senão não careceria de facilidades para sua posição. Retomamos Domingues que explica parte desse processo de branqueamento:

Mostramos, também, como na segunda metade do século XIX, o negro, na posição de principal agente produtivo do país, era repellido como opção de mão-de-obra na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. As teorias racionalizadoras da exclusão do negro do mercado de trabalho agrícola eram justificadas ideologicamente por dois eixos centrais. Primeiramente, pelo racismo científico. Baseado na superioridade biológica, cultural, intelectual e moral do branco, propagava-se um discurso de desqualificação do negro. Na obra dos intelectuais da época, inclusive na dos estrangeiros, o negro e/ou africano era, invariavelmente, representado pejorativamente e considerado imprestável para suprir a suposta escassez de mão-de-obra. Em segundo lugar, a exclusão do negro era justificada pelo discurso do branqueamento, que, por sua vez, fundamentava o programa imigrantista de substituição do trabalhador africano (ou afro-brasileiro) pelo europeu, do negro pelo branco. A escolha do imigrante europeu tinha a intenção de depuração da “raça” (DOMINGUES, 2004, p. 78-79).

Para Skidmore (1976), o branqueamento no Brasil era aceito e estimulado pela elite branca, principalmente entre os anos de 1889 e 1914, e este processo presumia a superioridade da população branca, onde os negros tenderiam ao desaparecimento através da miscigenação que clarearia a população com a força do *gene branco*, além do fato dos sujeitos procurarem sempre parceiros mais claros para se relacionar sexualmente. Portanto, nessa hipótese ao fim de um século, ou pouco mais, já não existiriam negros.

Conforme Domingues (2004) um dos expoentes dessa perspectiva de eliminação dos negros foi cientista brasileiro João Baptista de Lacerda (1846-1915), médico, antropólogo e diretor do Museu Nacional, que representou o Brasil no I Congresso Universal das Raças, no ano de 1911 em Londres, onde apresentou suas estatísticas prevendo que em 2011 a população negra seria de 0%, mestiços 3%, índios 17% e

brancos 80%. Ele foi o único latino-americano nesse Congresso, e defendia que o tipo latino era mais preferível do que o alemão para arianizar o Brasil por serem mais adaptáveis aos trópicos enquanto os alemães seriam mais fechados em suas comunidades no sul do país. Ele defendeu que a desorganização dos negros seria outro motivo de sua própria extinção. Isso nos chama a atenção que sendo o único latino-americano no Congresso, o autor foi bastante criativo na sua solução do problema do negro, preferindo os latinos.

Esta perspectiva considerada otimista por quem defendia a eliminação do problema negro, não era partilhada entre todos, porque para Sílvio Romero esta limpeza poderia levar até 8 gerações para ser eliminada de vez, tanto em aspectos fenotípicos quanto genéticos. Nesse caso, para Romero os mestiços jamais desapareceriam a menos que em todas as miscigenações houvesse sempre um parceiro muito claro senão branco. Para essas conclusões, Romero não apresentou estatísticas, mas tendia sempre a duvidar de toda informação e conhecimento que se tornassem estabelecidos. Nesse caso nos parece que a crítica pela crítica era seu método (SKIDMORE, 1976).

Sendo assim, a solução brasileira por Romero para o “problema do negro” foi a busca pelo branqueamento, tanto físico quanto cultural, tendo na miscigenação uma das saídas para a progressiva eliminação do negro. Mas nem todos explicaram a miscigenação da mesma forma. Freyre (1977), por exemplo, defendia a riqueza da identidade nacional por meio dessa característica de nosso país: ser miscigenado.

4. MATRIZES CLÁSSICAS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Não existe somente uma forma de compreender as relações étnico-raciais no Brasil e o recorte teórico que fizemos e embasamos, é, certamente, parte de tantas interpretações que se tornaram clássicas pela repercussão, também pela permanência de suas leituras, muitos no campo científico, mas várias já de certo modo, absorvidos pelo imaginário social (SEYFERTH, 1989), como é o caso de “leituras” biologizantes, culturalistas, aquelas que primam pela explicação de classe, também abordagens que rompem com naturalizações. Assim, mesmo que sejam perspectivas divergentes, e até por isso, merecem ser aprofundadas, também porque as contradições, divergências, aproximações entre as obras pesquisadas podem expressar justamente as permanências, mudanças e ressignificação das ideias e práticas acerca das relações étnico-raciais.

4.1 Matriz Culturalista: Gilberto Freyre e as relações raciais

Como contraponto à visão racalista, Gilberto Freyre (1977) se mostra um importante pesquisador no sentido de “desconstruir” as afirmações com base em leituras biologizantes da humanidade e propõe que as diferenças sejam percebidas como resultado da cultura; no seu livro *Casa-Grande e Senzala*, escrito em 1933, o autor destaca as contribuições das culturas indígena, africana e europeia na construção do povo brasileiro enquanto civilização.

Há que se considerar que Freyre não rompe totalmente com o paradigma determinista, pois em várias análises considera as características comportamentais das pessoas negras como essências, coisificadas, como algo biológico, logo da dimensão da

natureza, como podemos ver no trecho: “Pode-se juntar, a essa superioridade técnica e da cultura dos negros, sua predisposição como que biológica e psíquica para a vida nos trópicos. Sua maior fertilidade nas regiões quentes” (FREYRE, 1977, p. 286). Em outras passagens do Livro Casa Grande & senzala o autor relaciona aspectos físicos e morais, como a adaptabilidade quase inata dos negros ao trabalho escravo.

Gilberto Freyre enquanto discípulo de Franz Boas teve como influência a perspectiva culturalista. Assim, de acordo com Costa (2006), Hofbauer (2006) e Paixão (2014) a preocupação boasiana era descreditar as diferenças humanas com base biológica, por outro lado não abria mão do viés evolucionista do conceito de cultura para explicar tais diferenças. Assim, por mais que evitasse partir de uma pureza/hierarquia racial, tinha como base um modelo de cultura/civilização a ser alcançado pela humanidade, logo construiu uma teoria etnocêntrica ao hierarquizar os sujeitos com base na cultura. Destacamos ainda que sua preocupação em desconstruir a ideia de pureza racial vai influenciar Freyre acerca da mestiçagem enquanto uma realidade não necessariamente negativa.

Ao explicar as relações na Casa-Grande, Freyre discorre sobre a rotina da família patriarcal que envolve também os servos, principalmente aqueles que trabalham na casa, descrevendo minuciosamente as relações entre senhor e escravo na cozinha, no quarto, na fazenda, na igreja, todos espaços da Casa-Grande, numa espécie de microcosmos, onde um dos principais indicativos de harmonia, segundo ele, é a relação próxima, no mesmo espaço, envolta por afetos e portanto íntima e harmoniosa, apesar dos conflitos pontuais, que ele evidencia em várias passagens dessa obra. Prova dessa relação foi a própria intimidade entre senhores e escravas, por exemplo, as quais serviam seus corpos aos senhores de bom grado.

A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda riqueza dos antagonismos equilibrados; o caso dos pronomes que sirva de exemplo. Seguirmos só o chamado ‘uso português’, considerando ilegítimo o ‘uso brasileiro’, seria absurdo. Seria sufocarmos, ou pelo menos abafarmos metade de nossa vida emotiva e das nossas necessidades sentimentais, e até de inteligência, que só encontram expressão no ‘me dê’ e ‘me diga’. Seria ficarmos com um lado morto; exprimindo só a metade de nós mesmos. *Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro* (FREYRE, 1977, p. 335, grifos nossos).

É evidente que a obra de Freyre (1977) não se resume a estas linhas, mas em suma ele considerava que as relações entre brancos, negros e mestiços eram boas e como resultado tínhamos o brasileiro, mestiço, que teria as melhores qualidades da mistura de cada povo, como a inteligência e miscibilidade do português, a capacidade de adaptação do negro ao trabalho escravo e a convivência de ambos em relações afetivas, que segundo o autor era o potencial de equilibrar os conflitos e hierarquia por meio da intimidade.

Paixão (2014) contribui com a análise da questão acima ao trazer Freyre, o qual fez comparações entre as relações raciais nos Estados Unidos e no Brasil. Nos E.U.A.,

a separação física entre pessoas negras e brancas era mais evidente, sem a intimidação sexual, por exemplo, aqui a colonização pelos portugueses teria sido tão flexível e tolerante a ponto de haver intercuro sexual com negras, promovendo uma relação afetiva, prova da plasticidade e constituição positiva da escravidão no Brasil. Dessa forma, o resultado dessas relações seriam os filhos miscigenados e sem condição de diferenciação por serem todos brasileiros, além disso, mesmo que houvesse uma relação de hierarquia, os senhores paternalistas garantiriam alguma proteção social desses filhos, como alimento e cuidados na velhice.

Não obstante, apesar do autor dar ênfase às relações harmoniosas, ele descreve cenas que nos permitem identificar situações de conflito:

Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhas-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los a presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentadura de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias (FREYRE, 1977, p. 337).

Nesse sentido, mesmo que Freyre tenha sido aquele quem ajudou a divulgar a imagem de um Brasil como paraíso racial, ele não deixou de escrever sobre detalhes das relações entre brancos e negros que destacam sim a existência de conflitos, mesmo que para o autor não fossem o mais relevante da sociedade escravista brasileira. Como também a trajetória de negros fora dos estereótipos raciais conforme Freyre (1977, p. 299) sobre seu letramento e a escrita: “É que nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas-grandes”, bem como seu elevado conhecimento e especialidade na forja de metais, na criação de gados e ótimos comerciantes, importantes tecnologias para o desenvolvimento do Brasil.

Sobre Freyre também podemos destacar que seus estudos ao mesmo tempo em que ajudaram a “desconstruir” a ideia de inferioridade racial do negro, trouxe, por outro lado, uma visão evolucionista, portanto hierárquica, do campo biológico para o campo cultural, ou seja, ele “trocou seis por meia dúzia”. Segundo Leite (2007), Freyre tinha na imigração do Ibérico o modelo a ser alcançado pelo brasileiro, ele via na mestiçagem, e na imigração europeia, a chance de desenvolvimento do Brasil, porque a mestiçagem aqui poderia ser entendida também como um branqueamento cultural.

Freyre (1977) é fundamental para compreender as relações étnico-raciais no Brasil de diferentes ângulos, dentre as principais que destaco agora são: I- o “rompimento” com uma visão biologizante das relações étnico-raciais, como inaugurou Freyre, podem fazer crer que não existem conflitos raciais; II- a noção de que a convivência no mesmo espaço e relações próximas podem reforçar a ideia de harmonia e democracia racial, que não ignoram conflitos, mas que estes não seriam algo relevante; III- que a riqueza cultural da população negra e africana pode não ultrapassar uma visão hierárquica das culturas africanas e europeias, mantendo crenças e posições sociais baseadas na raça; IV- A miscigenação é uma realidade que pode influenciar a percepção que pessoas negras e brancas têm de si e dos outros. Dessa forma, as ideias

de Freyre certamente podem nos auxiliar em análises sobre as relações étnico-raciais na escola, como a compressão das dinâmicas e ambiguidades nas relações entre jovens negros/os e brancas/os. Tentaremos por isso perceber em que medida algumas dessas ideias podem ou não estar naturalizadas pelos sujeitos ou que ainda possam trazer reflexões e dissidências no contexto escolar.

4.2 Donald Pierson e a Escola de Chicago

Ainda assim essa interpretação das relações étnico-raciais no Brasil como amenas, atraiu a atenção de estudiosos estrangeiros, brasilianistas, patrocinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁵, que viam um modelo de sociedade a ser estudado, com características diferentes daquelas vistas entre negros e brancos nos Estados Unidos, África do Sul, na Índia e na Alemanha, por exemplo.

Um dos pesquisadores que participa do Projeto da Unesco no Brasil será Donald Pierson, com influência da Escola de Chicago. Ele foi um sociólogo estadunidense que a partir do final da década de 1930 desenvolve na Bahia e São Paulo, pesquisas sobre as características das relações étnico-raciais entre brancos e negros comparando a realidade local com os Estados Unidos. Em seu primeiro estudo no Brasil acontece em Salvador, pois, segundo ele, essa cidade foi durante muitos séculos a porta de entrada de pessoas africanas escravizadas, sendo o momento de sua pesquisa pouco após a Abolição, mais especificamente entre 1935 e 1937; essa proximidade com o fim da abolição, junto ao baixo desenvolvimento e urbanização local teriam mantido a região em condições muito próximas daquelas que marcaram o contato entre grupos raciais distintos (PAIXÃO, 2014). O autor passou quase dois anos em sua pesquisa de campo e considerou, como Freyre, a miscigenação um dos principais atenuantes das relações entre pessoas negras e brancas. Desenvolve assim três categorias centrais, miscigenação, classe e status para explicar essas relações que diferentemente dos Estados Unidos permitia a ascensão social ascendente de pessoas negras, sendo essa mobilidade, a prova da inexistência de barreiras raciais. Desse modo, para Pierson (1971), a mestiçagem era muito comum entre brancos e negros, através de casamentos inter-raciais, por exemplo, fator que eliminava a barreira da cor. E ainda desenvolve o pensamento de que:

Não existiam na Bahia castas baseadas em raça; existem somente classes. Isto não quer dizer que não exista discriminação em que estejam envolvidas pessoas de côr, mas sim que a discriminação existente é de *classe* e não de *casta*. É o tipo que existe entre os próprios homens de côr nos Estados Unidos, cuja intensidade é maior do que geralmente se pensa. O fato de não ter surgido na Bahia o sentimento de casta talvez seja devido a nunca ter o brasileiro branco se sentido ameaçado no seu *status* pelo prêto ou mestiço como grupos. As experiências passadas e presentes com a gente de

5 No Pós 2ª Guerra Mundial, e diante dos seus efeitos devastadores para a humanidade, a UNESCO investirá em pesquisas no Brasil sobre as questões raciais. Essa instituição faz essa escolha devido a ideia de paraíso racial que se propagou mundialmente sobre o país, onde não haveria grandes desigualdades raciais ou impedimentos para mobilidade social para a população negra. Sobre as pesquisas da Unesco ver Paixão (2014), Pereira (2013) e Hofbauer (2006).

côr não foram de natureza a despertar nos brancos sentimentos de desconfiança, apreensão, medo, pavor, ressentimento ou inveja, que fazem parte do preconceito de raça (PIERSON, 1971, p. 353).

Pierson (1971) destaca que, apesar de existirem diferenças fenotípicas como a cor da pele, cabelo e nariz; estas não seriam impedimentos para ascensão social visto que muitos negros e mestiços ocupavam posições de elevado status social; a ascensão ou mobilidade social ascendente dependeria do esforço de cada sujeito (via meritocrática) por não existir barreira de cor. O autor utiliza outra categoria para compreender as disparidades entre brancos e negros, que segundo ele seriam, portanto, de ordem social e não racial. Assim, ele explica a estratificação social e a ascensão social dos mestiços por meio do conceito de “sociedade multirracial de classes”.

Assim, o que encontramos na Bahia é uma sociedade multirracial de classes. Não existe casta baseada em raça; existem apenas classes. Estas classes estão ainda consideravelmente identificadas com a côr, é verdade; mas apesar disto, são classes e não castas. A tendência mais característica da ordem social baiana tem sido a redução gradual, mas contínua, de todas as distinções culturais e raciais, e para a fusão biológica e cultural do africano e do europeu em uma raça e cultura comuns (PIERSON, 1971, p. 358).

Paixão (2014) explica que para Pierson, a estratificação seria social e teria quatro principais motivos: o primeiro, em decorrência do curto tempo após a abolição teria como consequência o ingresso do negro no mundo do trabalho livre num patamar mais baixo tanto na escala educacional quanto na profissional; em segundo, o baixo desenvolvimento industrial e de urbanização de Salvador dos anos 1930 possibilitavam poucas oportunidades de emprego para a população em geral; em terceiro, o sistema educacional com poucas oportunidades e com preconceito social contra os pobres, seria um espaço desestimulantes às camadas mais baixas, das quais os negros faziam parte; e por último, o quarto motivo, o fato de não haver conflito racial direto entre negros e brancos como nos Estados Unidos, impediu que se criasse uma consciência de grupo racial que motivasse a competição por melhores condições e status.

Podemos sistematizar as contribuições de Pierson a partir da explanação de Paixão (2014, p. 109):

O rigor teórico da obra de Donald Pierson é evidente. Sua pesquisa de campo foi razoavelmente ampla, envolvendo múltiplos aspectos da vida social da cidade de Salvador e, de certo modo, de todo o Brasil. Deve ser salientado, ainda, que, tendo realizado seus estudos nos anos [de 19]30, o pesquisador teve de realizar seus esforços me meio à falta de estatísticas oficiais sobre a realidade dos grupos raça/cor de nosso país, fato este que não deve ser minimizado para um estudioso formado na tradição sociológica norte-americana. Isto o obrigou a realizar levantamentos empíricos em relação em diversos círculos sociais da cidade, tais como ocupações profissionais, escolas, clubes, igrejas, sindicatos, nos jogos, etc., visando suprir àquela lacuna. Em suma, *Branco e pretos na Bahia* representou um notável esforço de aplicação empírica dos fundamentos teóricos da Escola de Chicago. Por este motivo, justificadamente, pode-se considerar esta obra enquanto um clássico do estudo das relações raciais e da sociedade brasileira como um todo (PAIXÃO, 2014, p. 109).

No entanto, apesar de todos os dados que Pierson recolheu, demonstrando que os negros, mesmo estando em todas as classes e ascendendo socialmente, ainda eram minoria nos estratos mais elevados, ele não problematizou isso; também não questionou o processo de miscigenação e de branqueamento como forma de selecionar pessoas de pele mais clara nos espaços de poder ao mesmo tempo em que discriminava pessoas de pele mais escura, evidenciando as formas de tensão racial. Ao explicar a ascensão como resultado de talento e da capacidade do sujeito, o próprio autor desconsidera as condições de discriminação racial, culpabilizando próprio negro por seu insucesso e desconsiderando as novas dinâmicas do processo de integração no mercado de trabalho, que não é fruto necessariamente do passado escravista (PAIXÃO, 2014).

O fato de destacar o talento pessoal do negro, que para Pierson foi visto como um fator positivo com relação à mobilidade social, Paixão (2014) aponta para uma formulação especialmente cruel para a população negra, segundo o qual:

[...]podemos depreender dessa argumentação que os negros e as negras que remanescem nas piores posições sociais ali estão porque não têm competência suficiente para sair dessa situação infame, sendo assim os verdadeiros responsáveis por sua situação de extrema penúria material [...] Caso a hipotética ausência de barreiras específicas à mobilidade social das pessoas dos distintos grupos de cor fosse real, por qual motivo, então, a prova de fogo do especial talento e capacidade teria de ser demonstrada exclusivamente pelos negros mestiços escuros? Por que para os brancos e mestiços claros tais critérios tornar-se-iam, em geral, desnecessários? Embora diferente da realidade norte-americana, tal configuração não estaria expressando a existência de assimetrias na distribuição do prestígio social aos indivíduos segundo seus biótipos e a efetiva presença da discriminação de raça/cor sobre o conjunto da população negra, especialmente no mercado de trabalho? (PAIXÃO, 2014, p. 112).

A citação de Paixão traz críticas à Pierson, uma delas a responsabilização do próprio negro por insucessos que são sociais e ao mesmo tempo exigir de pessoas negras maior esforço para superar dificuldades que não são obstáculos existentes para pessoas brancas, ou seja, para uns privilégios, para outros, desvantagens.

De acordo com Paixão (2014), outro grupo de pesquisa das relações étnico-raciais no Brasil que teve como referências os estudos da Escola de Chicago foi coordenado em conjunto por Charles Wagley, Thales de Azevedo e Luiz A. Costa Pinto. Sob orientação de Wagley estiveram William Hutchinson, Marvin Harris e Benjamin Zimmerman, estes se dedicaram aos estudos de comunidades para compreender:

i) A localização ecológica daquelas quatro comunidades e suas respectivas composições demográfica e racial; ii) O formato da estratificação social daquelas comunidades; iii) Os sistemas de classificação da cor das pessoas; iv) Os estereótipos sobre os negros; v) A relação entre a cor dos indivíduos e as respectivas chances de mobilidade social; vi) Os conflitos sociais encontrados nas respectivas comunidades, e se os mesmos dialogavam com a cor das pessoas (PAIXÃO, 2014, p. 117).

As pesquisas acima mencionadas concluíram que as estruturas sociais e a mobilidade social quase sempre convergiam as linhas de cor e as de classe, onde a cor da pele era fator de impedimento prático para a ascensão social, mesmo que legalmente todos pudessem ascender, pois na prática negros e mestiços escuros eram preteridos

em situações de competição para oportunidades no mercado de trabalho, nas relações inter-raciais, na educação, provocando ofensas e desentendimentos (PAIXÃO, 2014).

Seguindo a base da Escola de Chicago e financiados pela Unesco tivemos ainda os estudos de Ruth Landes, Franklin Frazier e Melville Herskovits, estudiosos norte-americanos que focaram seus estudos na Bahia por considerarem esse local privilegiado devido a presença da população majoritariamente negra, atentando-se para a permanência e para a herança cultural africana. Suas pesquisas sobre a influência das religiões de matriz afro-brasileiras, sobre o papel da mulher e da família negra evidenciam importantes (des) (re) construções das identidades negras no Brasil. Contudo, Paixão (2014) questiona essa visão ainda essencializada e estereotipada das pessoas negras e das culturas africanas e negras na diáspora:

De todo modo, compreendemos que as chances de uma abordagem essencialista da chamada *cultura negra* ficam menores quando os estudos logram incorporar nas correspondentes leituras elementos socioeconômicos e políticos; nesse último caso, incluindo os processos de lutas sociais existentes por parte dos grupos historicamente discriminados em prol do reconhecimento por parte do *mundo dos brancos* não apenas de seus direitos sociais, mas, muitas vezes, mesmo, de sua elementar qualidade de seres humanos. Ou dito de forma sintética: no nosso entendimento, seja qual for a forma de sua manifestação e grau de politização verbalizada, a *cultura negra*, tal como se desenvolveu nas Américas, é uma expressão de resistência dos contingentes historicamente discriminados, descendentes dos antigos escravizados africanos, aos séculos marcados pela escravidão, pela segregação, pela discriminação racial e pelo racismo (PAIXÃO, 2014, p. 164).

Algumas das lacunas percebidas pelos estudos sobre influência da Escola de Chicago no Brasil, serão motivo de investigações que tentam desmistificar a ideia de que no Brasil não haveria preconceito de cor ou racial, e o esforço por destacá-las se faz necessário porque uma das atuais formas de suavização ou de desconsideração da discriminação ou desigualdade racial ainda se baseiam nos pressupostos de ser o Brasil um país miscigenado e que não vivenciou conflitos raciais, e, que, portanto, no Brasil tais problemas já teriam sido superados. Será mesmo?

4.3 A Escola de Sociologia Paulista

Veremos como as pesquisas de Fernandes (2007), Hofbauer (2006) e Pereira (2013) salientam as rupturas que Florestan Fernandes e Roger Bastide trarão para pensar as relações étnico-raciais, principalmente com a suposta harmonia racial defendida por Freyre (1977) e Donald Pierson (1971). Assim, esses autores também patrocinados pela UNESCO, dedicaram-se às pesquisas que ajudaram a desmistificar a noção paradisíaca das relações étnico-raciais entre negros, índios e brancos no Brasil.

Em seu livro “O negro no mundo dos brancos”, Florestan Fernandes (2007) vai contrapor Gilberto Freyre ao apresentar a ideologia da mestiçagem como uma característica que mantém a estrutura de desigualdade racial, sendo as marcas raciais uma espécie de indicativo da posição social do negro, haja vista quanto mais escura a pele mais abaixo na escala social o indivíduo ficará. Nesse sentido, para Florestan

Fernandes, tal realidade teria origem no passado escravista e a abolição ocorreu sem reparação social aos libertos nem a responsabilização dos senhores.

De acordo com Fernandes (2007) não houve um preparo dessa força de trabalho para o ingresso no mundo industrial, por isso os negros entraram despreparados nesta competição por postos de trabalho, onde os brancos imigrantes estariam em melhores condições, motivo pelo qual as desigualdades raciais se mantiveram após a abolição. Assim, o mesmo autor argumenta que essa condição reforçava os estereótipos existentes contra as pessoas de cor, direcionados aos serviços mais pesados e com menor remuneração, inclusive muitos, diante das dificuldades no mercado de trabalho, se envolveram com atividades ilícitas e com a criminalidade.

Na contramão dessas afirmações de F. Fernandes sobre o despreparo da mão-de-obra negra no pós-abolição, nos baseamos em Domingues (2004) para fazer algumas ponderações. Sobre a escassez de mão-de-obra especializada podemos apontar que já no século XIX, os homens livres eram maioria ao número de escravizados em São Paulo, mesmo os escravizados já desenvolviam trabalhos especializados nos vários ofícios, conforme também Freyre (1977), além de que, em sua maioria, as atividades industriais não dependiam de mão-de-obra especializada, já que eram apreendidos no próprio ofício. Os jornais da época, dentre eles o Diário de São Paulo, também traziam registros que mostravam a habilitação das pessoas negras nos anúncios de escravizados que fugiram, e outros como o Getulino, O Progresso e o Kosmos que denunciavam o preterimento de negros, que até se ofereciam às vagas, mas não eram aceitos que participassem das seleções.

A partir de Domingues (2004, p. 98) podemos levantar mais um dado que desconstrói a falaciosa inaptidão do negro declarada por F. Fernandes, pois havia uma pequena burguesia negra que era formada por “libertos ou forros artesãos especializados e donos de oficinas, como: carpinteiros, alfaiates, ferreiros, ourives, barbeiros, dentistas, mineradores, mestres-de-obras, músicos, tropeiros, vendeiros e comerciantes de negócios diversos”, mas que foram impedidos de desenvolver essas atividades e competências, pois à eles eram negados créditos bancários, o que hoje podemos apontar como uma das faces do racismo estrutural.

Em relação a formação escolar da população negra, Domingues (2004) traz dados do censo de 1920 que mostram como a alfabetização dos brasileiros era maior do que a dos imigrantes (80,3% x 62,3%), além dos estrangeiros se destacarem em quase o dobro dos analfabetos, evidenciando uma visão fabricada pelas políticas de branqueamento do século XIX para substituir a mão-de-obra negra. Portanto, a não absorção do negro como mão-de-obra deveu-se à uma campanha ideológica e de discursos e legislações oficiais explicada pelo racismo que impediu e eliminou as oportunidades de participação do negro, sem se basear em critérios técnicos, mas sim raciais. Assim,

Florestan Fernandes comete o equívoco de analisar a situação do negro isoladamente ou compará-la a de um imigrante idealizado. Como demonstramos, os imigrantes, na maioria, que entraram em São Paulo eram provenientes da zona rural, trabalhavam no campo e, por conseguinte, não tinham familiaridade com a indústria, tampouco com a ética do trabalho contratual. Neste caso, não podemos partir do pressuposto de que os imigrantes previamente dominavam o “estilo urbano de vida” ou tinham um padrão de comportamento regulado pelo “desenvolvimento da civilização urbana e industrial”.

“Ganhar a vida” conforme a “civilização urbana e industrial” não foi algo inato do imigrante, mas resultado de um processo de adaptação às novas oportunidades de emprego que foram negadas aos negros (DOMINGUES, 2004, p. 129).

Os dados apresentados por Domingues (2004) e sua crítica à F. Fernandes são importantes para exercitar uma leitura mais aprofundada das relações étnico-raciais no Brasil, no sentido de destacar que alguns pesquisadores clássicos cometeram equívocos indo mais além do que criticar pesquisador, a intenção é evidenciar leituras enviesadas que permanecem no imaginário social e em pesquisas acadêmicas aligeiradas sobre o tema. E que enquanto pesquisadores estamos sujeitos a esses “erros”, daí a importância de não olhar um autor ou uma questão por um ângulo apenas.

Segundo Fernandes (2007) o padrão de relações raciais presente em São Paulo não coadunavam com a proclamação “democracia racial”, pois os dados em que negros aparecem nos patamares mais baixos nos níveis de escolaridade e renda mostra que a “estrutura racial da sociedade brasileira, até agora, favorece o monopólio da riqueza, do prestígio e do poder pelos brancos. A supremacia branca é uma realidade no presente, quase tanto quanto foi no passado. A organização da sociedade impele o negro e o mulato para a pobreza, o desemprego ou o subdesemprego, e para o ‘trabalho de negro’” (FERNANDES, 2007, p. 90).

Estas relações seriam mantidas pela crença num mito de que aqui não haveria discriminação de cor, reforçando a ideia da miscigenação como fator de integração social e possibilidades de mobilidade social para pessoas de cor. Mas, Fernandes (2007) rebate tal mito ao destacar que o fato de existir estratificação racial já era indicativo de desigualdade, além da mobilidade ser muito reduzida para pessoas negras, e quando estas ascendiam era esperado que um mestiço socializado e educado agisse como um branco, situação bem conhecida na expressão “negro de alma branca”.

Por isso, à miscigenação corresponderam mecanismos mais ou menos eficazes de absorção do mestiço. O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos nem a igualdade racial. Mas, ao contrário, a hegemonia da “raça dominante” – ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravista. Os casos que afetavam a composição das “grandes famílias” não constituíam problema. Não só eram pouco numerosos: as famílias possuíam recursos suficientes para educar os mestiços à imagem da figura do senhor. Por conseguinte, eles eram socializados para serem e agirem como “brancos”, o que eles eram, de fato, social, jurídica e politicamente falando. O problema aparecia no outro nível: com os libertos, negros ou mestiços e com seus descendentes. No contexto da sociedade escravista, esses tipos humanos já apareciam associados a oportunidades sociais que equivaliam, formalmente, a uma mudança de status. Além disso, entregues a si mesmos, eles trabalhavam com frequência (a menos que fossem absorvidos pela economia de subsistência) pela conquista de posições sociais mais altas, intensificando os estreitos mecanismos de mobilidade social vertical de que dispunha a sociedade escravista. A questão consistia, literalmente, em obter a identificação desses indivíduos aos interesses e valores sociais da “raça dominante”. Como o controle do início e do fim de tais mecanismos se concentravam nas mãos de representantes dessa “raça”, tal como foi

resolvido de forma pacífica e eficiente. Criou-se e difundiu-se a imagem do “negro de alma branca” – o protótipo do *negro leal*, devotado ao seu senhor, à sua família e à própria ordem social existente (FERNANDES, 2007, p. 44-45).

Para Fernandes (2007, p. 45), a “miscigenação e a mobilidade social vertical operavam-se dentro dos limites e segundo as conveniências daquela ordem social”, por isso as desigualdades raciais eram fruto de um passado escravista e de uma sociedade que ainda não havia entrado de fato na fase de desenvolvimento capitalista, mas à medida que se modernizasse poderia aos poucos absorver a mão-de-obra de negros libertos e com isso permitir a sua integração num sistema de classes e efetivando uma verdadeira democracia racial.

No entanto, de acordo com Paixão (2014), essa perspectiva otimista de Florestan Fernandes para a integração do negro na sociedade de classes já se mostrava falha na própria obra do autor, pois o recrutamento de negros para postos de trabalho eram impedidas com critérios de seleção que se pautavam na cor, além disso dentro do ambiente de trabalho haviam tratamentos preconceituosos por parte de imigrantes europeus com relação aos seus colegas negros, por meio de brincadeiras, isolamentos e distanciamentos, bem como por comentários depreciativos, impedindo a sua plena integração.

Conforme Paixão (2014), Fernandes é um autor que destoa das análises precedentes sobre as relações sociorraciais no Brasil, sem pretender naturalizar as assimetrias entre brancos e negros, pelo contrário, porém é preciso perceber que ao projetar a democracia racial como meta, acabou por ser um inspirador dessa matriz que negando as diferenças, acaba por reforçar as desigualdades raciais na medida em que não as leva em consideração na elaboração das condições de vida. Em segundo lugar “mesmo que à revelia da desejada intenção de seus autores [...] caminha no mesmo sentido de ser uma elegante justificativa ideológica em prol da naturalização da convergência entre as linhas de classe e de cor da pele dentro de nossa pirâmide social” (PAIXÃO, 2014, p. 353).

Nesse sentido, Pereira (2013) apresenta Florestan Fernandes, e outros autores como Miriam Ferrara, Costa Pinto, por exemplo, estudiosos dos movimentos sociais numa mudança de perspectiva e uma sublimação que, se por um lado deixou de racializar o negro, por outro não deu devida importância às suas atuações como agente dinâmico⁶, nem às suas contribuições nas formulações sobre as desigualdades marcadamente raciais.

Contudo, a reconhecida Escola de São Paulo⁷ merece destaque, entre outros, por reforçar o termo “mito da democracia racial”, como a desconstrução da ideia de

6 No texto “O negro e a luta de classes”, de Clóvis Moura (1990), o termo “agente dinâmico” é utilizado para explicar as dinâmicas e interações sociais, a capacidade de influenciar ou agir sobre mudanças sociais.

7 A escola de São Paulo pode ser considerada como uma vertente dos estudos das relações étnico-raciais no Brasil, com marcada influência da teoria marxista e as questões de estratificação social. De acordo com Hofbauer (2006, p. 278), os autores que “contribuíram para radicalizar e petrificar as concepções tipológicas no estudo das ‘relações raciais’ foram Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni”, que reproduzem ideias de Fernandes, por isso acrescentamos o autor à referida escola, além de seu parceiro de pesquisas Roger Bastide, bem como Donald Pierson que em determinado momento de sua carreira desenvolveu pesquisas nessa linha em São Paulo.

paraíso racial existente no Brasil. Segundo Andrews (1998), as críticas feitas pelos pesquisadores da Unesco em relação as desigualdades raciais já eram discutidas pelo Movimento Negro desde os anos 1930 pela Frente Negra Brasileira (FNB), que apesar de suas diversidades político-ideológicas, foi um dos primeiros movimentos negros organizados do Brasil no século XX a pautar ideias que seriam conhecidas pela luta de valorização da cultura e da identidade negra rebatendo a concepção de um país idílico entre seus grupos étnico-raciais.

Apesar da crítica fundamental ao “mito da democracia racial” efetivada na obra de F. Fernandes em contraponto a Freyre e a Pierson, seus leitores desatentos podem deixar de perceber certa nocividade ao desconsiderar a responsabilidade dos brancos com relação aos crimes e discriminações raciais cometidas contra pessoas negras, além de não debater detalhadamente o efeito da “raça dominante” na estratificação social e a reprodução de mecanismos que impedissem a mobilidade social ascendente dos negros e mestiços, muito menos considerou o impacto desse modelo e papel do branco na manutenção das desigualdades raciais. Tal crítica pode ser encontrada em Bento (2014) que destaca a “omissão ou abordagem simplista” das relações raciais feitas por F. Fernandes ao atribuir uma “deformação” somente às pessoas negras, ou o que a bibliografia traz como recorrente, o “problema do negro”. Para Bento (2014):

[...] Florestan não aborda a deformação que a escravidão provocou na personalidade do branco. Aliás, a decisão de escravizar ou a omissão frente ao sistema escravocrata já carrega em si indiscutíveis sinais de deformidade moral e ética. Como um estudioso de sua envergadura pôde deixar de analisar detidamente essa dimensão tão explícita do grupo branco, ao mesmo tempo em que conseguiu debruçar-se sobre a “deformidade” negra? [...] não podemos chamar de omissão o papel da elite branca de “virar as costas ao negro”, tendo em vista que ela virou as costas sim, mas sem deixar de carregar consigo toda riqueza produzida em quase quatro séculos de trabalho escravo (BENTO, 2014, p. 51).

Para Bento (2014), quando F. Fernandes se refere ao branco como omissor nesse processo, ou quando o aborda como tendo melhor preparo para as condições de trabalho emergentes, na verdade o que Fernandes reforça é um modelo de pensamento que trata o racismo como fato isolado e o branco como possuidor de qualidades superiores que o negro não tinha, como organização para o trabalho e “atributos psicossociais de comportamento de um homem livre”, como qualidades superiores (e inferiores) inatas, assim como desconsidera o teor e a envergadura da política de branqueamento do final século XIX pautado na racialização definidor dessa lógica hierárquica.

Nessa perspectiva, o negro em ascensão social buscaria um modelo de comportamento do branco, e esse processo seria um problema do indivíduo negro que tenta imitar os brancos e não um problema estrutural do branqueamento, ou seja, é a culpabilização da vítima por um problema que não é criado por ela, mesmo sendo vivido. Essa mesma estrutura racializada que permitiu a manipulação de privilégios raciais para brancos ascenderem socialmente, evidenciando o branco, como aquele que age de modo sistematizado e, portanto, de modo bastante atuante na criação e na manutenção de posições de vantagens/desvantagens raciais.

Esse debate com a obra de F. Fernandes (2007) e seus críticos torna-se fundamental porque aponta a importância de se considerar a presença do branco para compreender as relações étnico-raciais no Brasil, haja vista que não podem ser compreendidas senão nas dinâmicas das suas relações.

Outro ponto que críticos de F. Fernandes (2007) apontaram foi olhar estas mesmas relações por uma ótica, que como dissemos, retira e isenta a responsabilidade do branco enquanto portador de privilégios raciais, atribuindo, portanto, somente às pessoas negras, o ônus de um contexto marcado por relações raciais assimétricas, desconsiderando o entendimento necessário do fenômeno para encontrar saídas para as desigualdades presentes, também, no espaço escolar.

4.4 Novos estudos sobre as relações étnico-raciais no Brasil

Paixão (2014) menciona que os estudos sobre relações raciais no Brasil passaram por um “interregno”, ou seja, fatores políticos como a Ditadura Militar e a especialização no campo acadêmico voltada às questões de classe e provocaram “certa aridez no meio acadêmico brasileiro” nos estudos das questões raciais, e em que meados de 1970, tais questões estavam “praticamente banidas”.

Ainda assim, alguns pesquisadores não deixaram de se preocupar com este fator caro ao desenvolvimento da sociedade brasileira, e que trouxeram uma preocupação já apontada por Bento (2014) nesse texto, como as críticas sobre o modo como até então se olhava para o negro como coisa, como “o problema do negro”; assim, mesmo durante certo ostracismo acadêmico sobre as relações raciais podemos pensar que tiveram aqueles que se dedicaram a apresentar as pessoas negras como sujeitos, além de ressaltar as relações étnico-raciais como análise destacando a participação das pessoas brancas.

No entanto, esses estudos contemporâneos sobre as relações étnico-raciais não foram consensuais, havendo divergências, enquanto uns tentaram superar algumas lacunas como considerar a questão racial como epifenômeno da questão de classe, ou de apresentar uma visão idílica sobre as relações entre pessoas negras e brancas no Brasil, outros trouxeram a variável estrutural, e apesar de apresentarem a democracia racial como mito, ainda tinham uma visão de relações raciais como de segunda ordem, ou menos relevante que o fator social, como Fernandes (2007). Paixão traz que:

Da literatura acadêmica produzida no Brasil nos anos 1970, dedicada ao tema das relações raciais no período contemporâneo (aqui excluindo os estudos históricos sobre relações raciais na sociedade escravista), sem a necessária pretensão de esgotar a lista, podemos destacar os estudos de Amaury de Souza (*Raça e política no Brasil urbano*, 1971). Eduardo Oliveira (*O mulato como obstáculo epistemológico*, 1974), Tereza Costa (*O princípio classificatório “cor”, sua complexidade e implicações para um estudo censitário*, 1974); Clóvis Moura (*O negro – de bom escravo a mau cidadão*, 1977), Lélia Gonzales (*O papel da mulher negra na sociedade brasileira*, 1979), além de algumas coletâneas publicadas no período por Thales de Azevedo (*Democracia racial: ideologia e realidade*, 1975) e Florestan Fernandes (*Negro no mundo dos brancos*, 1972, e *Circuito fechado*, 1976), muito embora, no

caso destes dois últimos autores, a maior parte dos textos que fizeram parte desses livros tenha sido escrita ainda na década de 1960 (PAIXÃO, 2014, p. 369).

Segundo Paixão (2014) apesar dessas contribuições do Brasil, as que tiveram maior relevância foram as estrangeiras, mesmo que não tenham sido necessariamente uma crítica à produção nacional, com destaque para Thomas Skidmore, Marvin Harris, Pierre van den Berghe, Carl Degler e Harold Hoetnik. Para ele, “[...] em quase todas aquelas abordagens [...] existiu uma convergência básica, no sentido de mostrar que no Brasil, o preconceito e a discriminação contra negros era uma realidade, muito embora mitigados por fatores culturais que contrabalançavam tais atitudes” (PAIXÃO, 2014, p. 393).

Pereira (2013), traz Carlos Alfredo Hasenbalg como um dos que compõe os novos estudos das relações raciais no Brasil, de modo radical à parte do pensamento social em vigência. Hasenbalg (2005) concorda que a ideia de “democracia racial” é um mito e vai além, pois realiza pesquisas quantitativas para demonstrar a materialidade das desigualdades raciais e que estas não eram só frutos do passado escravista no Brasil, como pensava F. Fernandes, já que também prova a novas facetas das desigualdades raciais pós-abolição e que existem desigualdades que independem da classe social, ou seja, mesmo que algumas pessoas negras ascendam socialmente podem continuar sofrendo discriminações raciais, já que o racismo ocorre independente das questões sociais ou de classe. Assim, para Hasenbalg (2005) a raça categoria considerada autônoma para explicação de desigualdades, pois ela explica o racismo independente da classe:

Em suma, a raça como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente (HASENBALG, 2005, p. 124).

No pensamento de Hasenbalg (2005), a categoria raça se constitui como atributo socialmente elaborado funcionando como critério com eficácia própria dentro da estrutura de classes, pois é a base da dinâmica do racismo, entendido como um conjunto de práticas materiais e simbólicas de discriminação racial disseminadas por meio das instituições – com destaque para família e sistema escolar – que funcionam como aparatos ideológicos. De acordo com Hasenbalg (2005), estes são responsáveis por produzir e distribuir características (simbólicas, materiais e psicológicas) pessoais como expectativa, habilidade técnica, personalidade, bem como as posições de classe. Portanto, essa distribuição vai posicionar sujeitos na estratificação social e será traduzida em hierarquias raciais pelo mercado de trabalho, sendo a raça uma das características que interfere na distribuição do poder.

Nesse sentido, Hasenbalg, citado por Pereira (2013) esclarece a necessidade de perceber que a ideia de raça biológica não pode ser reforçada, mas a ideia de raça como fenômeno social sim, pois o imaginário decorrente de uma ideia hierarquizada de raça vai produzir relações e realidades sociais que perpetuam desigualdades com base na diferenciação racial. Essa ideia foi e será compartilhada e construída em diálogo com o Movimento Negro que também vai buscar na negritude uma ideia de raça em comum para se referir as/aos negras/os na diáspora, de mesma ancestralidade e com vistas a superar o mesmo problema.

A distribuição desses bens materiais e simbólicos são acumulados de modo que podem se sobrepor e intensificar desigualdades também acumuladas ao longo da vida, desde os bens adquiridos na socialização familiar, passando pelas várias etapas da vida de um sujeito, causando impactos nas etapas seguintes. Esse processo foi analisado por Hasenbalg e Silva, como explica Lima (2014) que:

Esse modelo de análise está ampliado no último livro publicado pelos autores, *Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida*, no qual eles apontam diferentes etapas do ciclo de vida e identificam as dimensões que devem ser observadas em cada uma delas. O ciclo inicia-se com a *origem familiar* – onde se observam a situação social das famílias e os recursos disponíveis a seus membros, fundamentais para a trajetória socioeconômica dos indivíduos. Na fase seguinte considera-se a *internalização de recursos*, etapa em que devem ser observadas as condições e possibilidades nas quais crianças e adolescentes dessas famílias iniciam sua trajetória social. A terceira e quarta fases correspondem à *autonomização de status* – momento em que o jovem começa a adquirir *status* social próprio, marcada pelo ingresso no mercado de trabalho – e a *realização de status* definida a partir da posição dos indivíduos na estrutura sócio-ocupacional (sic) e da distribuição da renda. Este ciclo gera determinadas condições de renda familiar e pobreza que culminam no momento no qual voltamos ao estágio inicial do ciclo (Hasenbalg e Silva apud LIMA, 2014, p. 925).

A partir dessa análise, podemos perceber que as desigualdades raciais se retroalimentam, e se tratando das desigualdades raciais, estas também serão vivenciadas acumuladamente, nas diversas etapas de vida, e acumuladamente nos vários espaços e situações sociais, de modo que quando uma pessoa negra chega ao pleno desenvolvimento material e simbólico, diante de tantos obstáculos será exceção.

Percebemos então que existe simultaneamente aspectos econômicos e ideológicos, reforçando ou não as características raciais, envolvidos na dinâmica de dominação e reprodução de posições materiais e simbólicas, dentro da estrutura de classes, que variam de acordo com: origem social, habilidade mental, educação, ocupação e renda, por exemplo, sendo que a mudança de posições distributivas não significa mobilidade de classes, por sua vez a mobilidade de classe pode não alterar as dinâmicas raciais da distribuição de poder e status.

O autor ressalta ainda que as desigualdades raciais tiveram suas expressões no passado escravista, mas que não serão eliminadas com a industrialização, como analisava F. Fernandes nos anos de 1950, porque as relações na modernidade trouxeram novas formas de hierarquias baseadas na raça, mantidas e reproduzidas por instituições sociais, bem como contesta o marxismo ortodoxo para o qual o preconceito

racial seria estratégia para dividir os trabalhadores ao mostrar as cisões que podem existir dentro das classes (HASENBALG, 2005).

Os estudos de Hasenbalg (2005) explicam que após a abolição da escravatura, os negros ocuparam posições na produção e distribuição diferentes daquelas posições dos brancos, porque foram introduzidos nas relações de trabalho capitalista com desvantagens iniciais, cuja raça foi uma das razões excludentes; a opressão racial beneficiou as/os brancas/os. Segundo ele, brancos/as como um todo, pois os capitalistas exploram uma mão de obra mais barata que são os negros/as, bem como beneficia as/os brancas/os não capitalistas porque ganham vantagem competitiva no preenchimento das posições na estrutura de classes com recompensas materiais e simbólicas, por consequência com maiores chances de mobilidade social.

CONCLUSÃO

As matrizes teóricas de interpretação das relações étnico-raciais no Brasil apresentadas nos ajudam a compreender as relações étnico-raciais enquanto resultado de processos complexos e apesar de distantes no tempo, ainda estão presentes enquanto fenômenos sócio-históricos, os quais foram e são alicerces para a construção de formas de ver e localizar as pessoas negras e brancas na estrutura social.

Muitas das ideias e teorias apresentadas hoje circulam socialmente como discursos para omitir conflitos sociais, mas também, como é nosso caso, destacar a questão racial como central para entender tanto as desigualdades raciais como propostas de superação. No que tange as questões no contexto escolar, permite analisar em que medida a escola reproduz uma educação eurocentrada em que os conflitos raciais, se não forem silenciados, são vistos só como o problema do negro. Ou também pode ajudar a desnaturalizar práticas e pensamentos em que pessoas negras são inferiorizadas por materiais didáticos e em relações que tratam ofensas e xingamentos como brincadeiras.

A base teórica levantada nos permite perceber as relações étnico-raciais enquanto permeadas por diferentes discursos e motivações, presentes no contexto escolar, bem como fundamentar outras pesquisas que considerem as relações étnico-raciais uma questão ampla a ser debatida e enfrentada por pessoas brancas principalmente, historicamente menos visibilizadas por tais pesquisas.

As matrizes que trouxemos indicam que não há possibilidade de pensar tais questões sem considerar todos os envolvidos, pessoas negras e brancas, justamente porque são relações que se constroem, reformulam e se transformam vinculadas uma a outra, mesmo que de forma ainda hierarquizada.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: EDUSC, 1998.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 25-57.
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- COSTA, Sérgio. **Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo, e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2 ed. Revista. São Paulo: Global, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 18ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. São Paulo: Ed. Humanitas, 2005.
- HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 7 ed. Ver. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- PAIXÃO, Marcelo. **A lenda da modernidade encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação**. – 1.ed. – Curitiba, PR: CRV, 2014.
- PEREIRA, Amauri Mendes. **Para além do racismo e antirracismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.
- PIERSON, Donald. **Brancos e prêtos na Bahia: estudo de contacto racial**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do “branco” brasileiro. In: _____. **A introdução crítica a Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957. p. 171-202.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. As ciências sociais no Brasil e a questão racial". In: WANDERLEY, Regina. **Cativeiro & Liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989. p. 11-31.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Recebido em 21/04/2021
Aprovado em 02/08/2021